



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de **serviços de intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)** durante as sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, eventos com público externo e interno do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e demais atividades que necessitem desse serviço, de acordo com as características descritas neste Termo de Referência, sendo:

1.1.1. Quadro Sintético

ID	Descrição	UN	QTD	Valor Máximo Aceitável UNITÁRIO	Valor Máximo Aceitável TOTAL
A	Tradução para a linguagem em Libras, no modo PRESENCIAL NO TRE/PR e SIMULTÂNEO. Presença do intérprete no mesmo local em que ocorre o evento e de onde fala o orador.	horas	325	R\$ 224,95	R\$ 73.108,75
B	Tradução para a linguagem em Libras, no modo NÃO PRESENCIAL NO TRE/PR e NÃO SIMULTÂNEO (por meio de gravação prévia da tradução para transmissão posterior, em espaço ou janela de LIBRAS, mediante divulgação e publicação nos canais do TRE/PR na internet)	horas	295	R\$ 209,95	R\$ 61.935,25
C	Tradução para a linguagem em Libras, no modo NÃO PRESENCIAL (NO TRE/PR) e SIMULTÂNEO (gravado e reproduzido remota e simultaneamente por meio de videoconferência).	horas	60	R\$ 224,95	R\$ 13.497,00
D	Tradução para a Linguagem em Libras <b>EM ANO ELEITORAL - SÁBADO</b>	horas	18	R\$ 249,95	R\$ 4.499,10
E	Tradução para a Linguagem em Libras - <b>EM ANO ELEITORAL - DOMINGO E FERIADOS</b>	horas	18	R\$ 249,95	R\$ 4.499,10
F	Tradução para a Linguagem em Libras - <b>EM ANO ELEITORAL - NOTURNO</b>	horas	4	R\$ 249,95	R\$ 999,80
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO:</b>					<b>R\$ 158.539,00</b>

- 1.1.2. A quantidade estimada representa tão somente uma previsão, podendo o TRE-PR, de

acordo com sua demanda, requerer menos horas.

**1.1.3.** Em ano eleitoral, há um aumento nos horários das sessões de julgamento. Para tanto, há a previsão de realização de 40 (quarenta) horas de prestação de serviço em horário diferenciado (finais de semana, feriados e à noite). Nesse período, além da jornada normal de segunda a sexta-feira, a prestação de serviços poderá contemplar sábados, domingos, feriados e horários diferenciados, em regime de plantão, conforme abaixo:

<b>Tipo da Hora (por profissional)</b>	<b>Quantidade estimada</b>
Sábado	18 (dezoito)
Domingo e Feriado	18 (dezoito)
Noturna	4 (quatro)

**1.1.4.** De acordo com o site da FEBRAPILS<sup>1</sup>, os valores de referência dizem respeito à atuação de segunda a sexta-feira, das 06h00min às 22h00min; após às 22h00min, os valores sofrem acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento); no sábado, de 25% (vinte e cinco por cento) e no domingo e feriados de 50% (cinquenta por cento).

**1.2. Código SIASG:** 12637.

**1.3. Especificações técnicas do serviço:** O serviço consiste em traduzir a Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), simultaneamente ou não, de modo remoto ou não, sessões de julgamento, eventos com o público externo e interno e demais atividades realizadas pelo TRE-PR, bem como traduzir conteúdo gravado previamente para transmissão posterior, conforme diferenciação prevista no item 1.1.1 e informações constantes no quadro abaixo e demais requisitos constantes neste Termo de Referência.

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Definição do local	<ul style="list-style-type: none"><li>- Prioritariamente, na Sede do Tribunal Regional e Eleitoral do Paraná, Fórum Eleitoral de Curitiba e Fóruns Eleitorais da Região Metropolitana de Curitiba.</li><li>- Ocasionalmente, nos Fóruns Eleitorais do interior do Estado do Paraná.</li><li>- Sede da contratada.</li></ul>
Modalidade de interpretação desejada	<ul style="list-style-type: none"><li>- Simultânea</li><li>- Interpretação Simultânea Remota</li><li>- Interpretação/Tradução Audiovisual de gravação prévia de conteúdo</li></ul>

<sup>1</sup> FEBRAPILS - Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais.

Necessidade de equipamentos adicionais	Não será necessário a contratada fornecer
Trajes	<p>Considerando que as interpretações em LIBRAS serão realizadas por meio de vídeo reproduzido em espaço ou janela de LIBRAS<sup>2</sup>, tanto em eventos em que o intérprete se encontra no mesmo local que o orador, como também em eventos em que o intérprete realiza a tradução remotamente, recomenda-se adotar traje compatível com o item 7.1.4, da ABNT NBR 152690 de 31/10/2005, que trata da Acessibilidade em comunicação na televisão:</p> <p>- A vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e entre o fundo. Devem ser evitados fundo e vestimenta em tons próximos ao tom da pele do intérprete.</p>
Perfil e requisitos dos profissionais	<p>Em conformidade com o art. 7º da Lei nº 12319/2010, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), o tradutor, o intérprete e o guia-intérprete devem exercer a profissão com rigor técnico e zelar pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e, em especial:</p> <p>I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;</p> <p>II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;</p> <p>III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir, interpretar ou guia-interpretar;</p> <p>IV - pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;</p> <p>V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;</p> <p>VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.</p>
Atribuições dos intérpretes	<p>I. Traduzir para a linguagem de LIBRAS os sons produzidos em ambientes de sessões de julgamento, de reuniões e demais eventos do TRE-PR, com a presença do intérprete no mesmo local em que ocorre o evento e de onde fala o orador (presencial no TRE-PR e simultâneo);</p> <p>II. Traduzir para a linguagem de LIBRAS, conteúdo gravado previamente, em espaço ou janela de LIBRAS, para posterior divulgação e publicação nos canais do TRE-PR na internet (não presencial no TRE-PR e não simultâneo);</p> <p>III. Traduzir remota e simultaneamente por meio de videoconferência, na sede do TRE-PR (presencial no TRE-PR ou na empresa e simultâneo).</p>

<sup>2</sup> Janela de LIBRAS: Espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas através de LIBRAS. (ABNT NBR 15290)

Horário de prestação dos serviços	<p>Prioritariamente, no período da tarde, das 12h às 19h. Entretanto, ocasionalmente, e, em períodos eleitorais, o horário poderá ser alterado.</p> <p>Os intérpretes deverão comparecer ao local do evento 15 (quinze) minutos antes do início dos trabalhos, a fim de que possam receber as orientações finais sobre a solenidade e a prestação do serviço.</p>
Quantidade de intérpretes e Carga Horária	<p>O trabalho superior a 1 (uma) hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais (Lei nº 14.704/2023).</p> <p>De acordo com o site da FEBRAPILS - A quantidade de intérpretes e a carga horária variam de acordo com o evento realizado:</p> <p><u>Interpretação Simultânea</u></p> <p>I. Audiências e julgamentos - mínimo três intérpretes, sendo 1(um) intérprete surdo;</p> <p>II. Palestras, Oficinas, Seminários, encontros e similares - mínimo dois intérpretes por plenária. Conferência com mais de 6 (seis) horas, mínimo 3 (três) intérpretes por plenária. Incluir no orçamento o tempo de preparação para o evento (mínimo 1 (uma) hora).</p> <p><u>Interpretação Simultânea Remota</u></p> <p>I. Interpretação de um orador em local diferente do intérprete, viabilizada por tecnologias da informação e da comunicação. Mínimo 2 intérpretes.</p> <p><u>Interpretação/Tradução Audiovisual</u></p> <p>I. Tradução de vídeo para internet e tradução de vídeo institucional - não há indicação de número mínimo de intérpretes.</p> <p>II. Diária em Estúdio de Gravação - não há indicação de número mínimo de intérpretes.</p> <p>III. Interpretação Ao Vivo para TV e Internet - mínimo dois intérpretes.</p>
Honorários	<p>Por hora de trabalho. Em se tratando de tradução assíncrona, será considerado o tempo de duração do material.</p>

- 1.3.1.** A critério da contratante, poderá ser realizada filmagem ou fotografia do processo de interpretação, mediante autorização dos envolvidos perante à unidade gestora.
- 1.3.2.** Quando se tratar de intérpretes que ainda não tenham prestado serviço, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes do início dos serviços, durante os dias úteis, a Contratada deverá enviar ao gestor do Contrato, por meio eletrônico, a relação contendo o nome, o número do RG e do CPF e a comprovação da qualificação de cada um dos profissionais (conforme item 1.3.3) que serão colocados à disposição do Contratante para o evento/sessão plenária.
- 1.3.3. Da qualificação dos profissionais que executarão o serviço:**

- a) Escolaridade mínima de nível médio, com habilitação em Tradução e Interpretação em Libras;
  - a.1) a habilitação citada na alínea acima deverá ser comprovada mediante apresentação da Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) OU Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa (PROLIBRAS) OU Certificação realizada por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.
- b) Comprovação de experiência profissional de, no mínimo, 6 (seis) meses, mediante observância de algum dos seguintes subitens:
  - b1) apresentação de declaração de Associação de surdos ou Instituição reconhecida que comprove a atuação como intérprete de Libras junto à comunidade surda, tais como: Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos - APADA; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS; Associação dos Profissionais Tradutores de Língua Brasileira de Sinais do Distrito Federal - APIL-DF; e Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia Intérpretes de Língua de Sinais - FEBRAPILS;
  - b2) registro de contrato de trabalho em CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);
  - b3) declaração de entidades contratantes públicas ou privadas;
  - b4) contrato de prestação de serviços;
- c) prévia autorização de imagem e voz por parte dos profissionais alocados pela Contratada, e deverá ser colhida pelo gestor da contratação.

- 1.4. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5. **Natureza do Objeto:** Contratação de Serviço sem dedicação exclusiva de mão de obra.
- 1.6. **Enquadramento da contratação para fins de vigência:** O serviço objeto desta contratação é caracterizado como contínuo, visto que atenderá à necessidade permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- 1.7. **Prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação:** O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.8. **Do local e horário de entrega:** Os serviços serão prestados preferencialmente na sede do Tribunal em Curitiba, na rua João Parolin, nº 224 - Prado Velho, no horário prioritário das 12h às 19h. Esse horário poderá ser alterado ocasionalmente e em períodos eleitorais.

**1.8.1.** Nos eventos realizados no interior do estado do Paraná, poderá ocorrer o pagamento de diárias por parte do TRE-PR, conforme regras definidas no item 3.3.

**1.8.2.** No caso de material gravado para tradução posterior, o produto final será disponibilizado por *link* para acesso a armazenamento em nuvem, enviado por aplicativos de mensagens instantâneas para os servidores das unidades demandantes e/ou para os e-mails [secom@tre-pr.jus.br](mailto:secom@tre-pr.jus.br) e [sav@tre-pr.jus.br](mailto:sav@tre-pr.jus.br).

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)**

**2.1.** A contratação é necessária para promover a inclusão das pessoas surdas aos atos praticados pelo judiciário, pelas razões a seguir expostas:

**2.1.1.** A comunicação é fundamental para o estabelecimento das relações humanas dentro de uma sociedade, permitindo a troca de informações e estimulando o pensamento criativo. À vista disso, a Língua Brasileira de Sinais - Libras consiste como a principal ferramenta de comunicação e acesso à informação das pessoas surdas no Brasil;

**2.1.2.** A Língua Brasileira de Sinais - Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. E os intérpretes de língua de sinais surgiram devido à necessidade da comunidade surda de possuir um profissional que viabilizasse o processo de comunicação com as pessoas ouvintes. A profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras foi regulamentada pela Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010;

**2.1.3.** É dever legal do Poder Público garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa. (Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018);

**2.1.4.** A comunicação permite a consolidação da identidade surda como um movimento político, social e histórico, sem discriminação e preconceito;

**2.1.5.** Além disso, a Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça determina ao Poder Judiciário garantir acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva com contratação de intérpretes em Libras para as Sessões e Eventos a serem realizados pelos Tribunais.

**2.1.6. Sustentabilidade:** Os critérios de sustentabilidade social estão contemplados na presente contratação, que viabiliza a comunicação entre pessoas ouvintes e pessoas com deficiência auditiva, assegurando a compreensão do público em geral em reuniões, depoimentos em juízo, eventos, palestras, aulas, entre outras interações sociais promovidas por este órgão.

**2.1.7.** A presente contratação tem como justificativa o seguinte histórico de registros de sessões de julgamento:

<b>ANO</b>	<b>SESSÕES DE JULGAMENTO</b>
2020	119
2021	95
2022	123
2023	96

**3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO****3.1. Das obrigações da contratada:**

- 3.1.1.** Os serviços deverão ser prestados de acordo com as condições do presente Termo de Referência, aplicando-se, ainda, as normas do Código de Defesa do Consumidor, devendo a contratada satisfazer todas as exigências, condições de habilitação e requisitos estabelecidos até o adimplemento total da contratação.
- 3.1.2.** A contratada deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 3.1.3.** A contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 14, 17 e 20 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 3.1.4.** A contratada deverá corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, (isso não se aplica no caso das traduções simultâneas) os serviços que não atendam o padrão de qualidade exigido ou nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 3.1.5.** A contratada deverá prestar os serviços em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência, livres de qualquer ônus como encargos sociais, despesas de fretes, mão de obra, benefícios e despesas indiretas, tributos ou quaisquer outras incidências.
- 3.1.6.** É de exclusiva responsabilidade da contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais perante seus empregados, não sendo admitida sob qualquer hipótese a existência de relação de emprego com o contratante.
- 3.1.7.** Todos os custos de transporte para atendimento do serviço contratado correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o contratante, ressalvado o transporte desde o Prédio Sede até os Fóruns Eleitorais do Interior, conforme item 3.3.
- 3.1.8.** A contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados ou representantes legais durante a execução dos serviços ora contratados. A fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato por parte do contratante não exclui ou reduz a responsabilidade da contratada.
- 3.1.9.** Responder, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos serviços, que eventualmente venham a ser solicitados pelo contratante.

- 3.1.10.** A contratada deverá comunicar ao contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços;
- 3.1.11.** A contratada deverá respeitar as normas de segurança, controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRE-PR.
- 3.1.12.** A contratada deverá manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à Gestão da Contratação.
- 3.1.13.** A contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.
- 3.1.14.** A contratada deverá apresentar ao Gestor da contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do início da prestação dos serviços, o Termo de Sigilo e Responsabilidade (conforme item 9.2 do edital e modelo de seu Anexos III), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.
  - 3.1.14.1.** O documento acima referido deverá ser preenchido e assinado pelo Representante Legal da Empresa.
- 3.1.15.** Compete à contratada designar preposto, no prazo de até 1 (um) dia útil da data da assinatura do contrato.

### **3.2. Das obrigações do contratante:**

- 3.2.1.** Permitir acesso dos empregados da contratada às dependências do TRE/Fórum para a execução do contrato.
- 3.2.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da contratada.
- 3.2.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e seus anexos.
- 3.2.4.** Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes no presente Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 3.2.5.** Comunicar à contratada, por escrito, preferencialmente por meio eletrônico, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 3.2.6.** Solicitar a substituição/refazimento dos serviços que não atenderem às especificações do objeto.
- 3.2.7.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através dos servidores formalmente designado.



**3.2.8.** Efetuar o pagamento à Contratada, na forma convencionada.

**3.2.9.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

### **3.3. Deslocamento a Serviço e Diárias:**

**3.3.1.** Caso seja necessária a realização do serviço em outra cidade do estado, que não seja a Capital e a Região Metropolitana, a empresa deverá priorizar contratar tradutor na cidade do evento.

**3.3.2.** Não sendo possível, a empresa deverá contratar profissional em Curitiba, e o Contratante providenciará o deslocamento e o pagamento de diárias, conforme regras definidas abaixo.

**3.3.3.** O Gestor/Fiscal comunicará à Contratada em caso de necessidade da prestação de serviço fora de Curitiba e da Região Metropolitana com antecedência de até 24h.

**3.3.4.** Nessa hipótese, a Contratada deverá pagar ao empregado diária para cobrir despesas com alimentação e hospedagem no valor unitário vigente, estabelecido pelo Contratante.

**3.3.4.1.** O valor unitário da diária a ser paga ao empregado de empresa terceirizada, em deslocamento a serviço da Justiça Eleitoral do Paraná, correspondente ao valor de **R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, conforme a Portaria DG/TRE/PR nº 352, de 29/07/2022, e alterações posteriores<sup>3</sup>.

**3.3.4.2.** A Contratada deverá antecipar ao empregado o valor total devido em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início do período de deslocamento.

**3.3.4.3.** O valor total da diária deverá considerar a pernoite acrescido de meia diária do dia de retorno. Ex.: deslocamento do dia 12 (doze) ao dia 15 (quinze), nesse caso deverão ser pagas 3,5 (três e meia) diárias.

**3.3.4.4.** Nenhum desconto incidirá sobre o valor da diária.

**3.3.5.** Estima-se a necessidade de **75 (setenta e cinco) diárias** durante o período contratual, totalizando o valor de **R\$ 18.750,00 (dezoito mil, setecentos e cinquenta reais)**, o que pode ser concretizado parcialmente, totalmente ou até mesmo não concretizado.

## **4. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO**

**4.1. Condições de entrega:** os serviços serão entregues nos seguintes prazos e condições:

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/legislacao/compilada/portarias-da-diretoria-geral-tre-pr/2022/portaria-no-352-de-29-de-julho-de-2022>

SERVIÇO	PRAZO DE ENTREGA
Tradução para a linguagem em Libras, no modo <b>PRESENCIAL NO TRE-PR e SIMULTÂNEO</b> . Presença do intérprete no mesmo local em que ocorre o evento e de onde fala o orador	O Gestor/Fiscal avisará no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da prestação dos serviços, podendo ser em prazo menor, mediante justificativa e concordância da contratada. O intérprete deverá se apresentar no local com a antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do início do evento ou da gravação.
Tradução para a linguagem em Libras, no modo <b>NÃO PRESENCIAL NO TRE-PR e NÃO SIMULTÂNEO</b> (conteúdo gravado previamente, para tradução, em espaço ou janela de LIBRAS, com posterior divulgação e publicação nos canais do TRE/PR na internet)	
Tradução para a linguagem em Libras, no modo <b>NÃO PRESENCIAL (NO TRE/PR) e SIMULTÂNEO</b> (remota e simultânea por meio de videoconferência)	

- 4.2. Garantia:** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 4.3. Do recebimento provisório:** Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, por servidor da Seção de Audiovisual, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 4.4. Do recebimento definitivo:** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias úteis, pela Secretaria de Comunicação e Multimídia contados do recebimento provisório, após verificadas as exigências contratuais e especificações constantes neste Termo de Referência.

## 5. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 5.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 5.3.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 5.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- 5.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados, ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 5.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 5.7. O fiscal/gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 5.8. O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 5.9. O fiscal/gestor do contrato comunicará à Secretaria de Administração, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 5.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 5.11. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 5.11.1. A fiscalização dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo IV** para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

## 6. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 6.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.
- 6.2. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- 6.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

## 7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1. Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Audiovisual, por meio do telefone (41) 3330-8888/8963 ou pelo e-mail [sav@tre-pr.jus.br](mailto:sav@tre-pr.jus.br).